

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Deliberação (extrato) n.º 1773/2014

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, de 9 de setembro de 2014:

Dr.ª Paula Sofia Sousa Claro Modesto, juíza auxiliar, do Tribunal Tributário de Lisboa — colocada, por permuta, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra (área tributária).

Dr. Nuno Miguel dos Santos Rocha, juiz auxiliar, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra (área tributária) — colocado, por permuta, no Tribunal Tributário de Lisboa.

10 de setembro de 2014. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *António Francisco de Almeida Calhau*.

208090648

Deliberação (extrato) n.º 1774/2014

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, de 9 de setembro de 2014 e ao abrigo do artigo 2.º, da Lei n.º 79/2009, de 13 de agosto:

António Tomé Robalo Cabral, Contra-Almirante do Estado-Maior da Armada, na reserva, a exercer funções como juiz militar no Tribunal da Relação do Porto — nomeado, por inerência, juiz militar para a Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte, com efeitos reportados a 22 de agosto de 2014.

Raul Luís Morais Lima Ferreira da Cunha, Major-General do Estado Maior do Exército, na reserva, a exercer funções como juiz militar no Tribunal da Relação do Porto — nomeado, por inerência, juiz militar

para a Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte, com efeitos reportados a 22 de agosto de 2014.

João António Barreiros Esteves Nunes, Contra-Almirante do Estado Maior da Armada, na reserva, a exercer funções como juiz militar no Tribunal da Relação de Lisboa — nomeado, por inerência, juiz militar para a Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Sul, com efeitos reportados a 22 de agosto de 2014.

Posse: dez dias.

10 de setembro de 2014. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *António Francisco de Almeida Calhau*.

208090664

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Deliberação (extrato) n.º 1775/2014

O Conselho Superior do Ministério Público, reunido em sessão plenária no dia 9 de setembro de 2014, deliberou, nos termos do n.º 2 do artigo 99.º, da Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, nomear a Procuradora da República, Licenciada Teresa de Jesus Oliveira de Almeida coordenadora do Ministério Público para a comarca de Évora. Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

11 de setembro de 2014. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito da Silva Teixeira*.

208089677



PARTE E

ICP — AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

Aviso n.º 10470/2014

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 106.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, alterado e republicado pela Lei n.º 47/2013, de 10 de julho, o ICP — Autoridade Nacional de Comunicações torna público o seguinte:

Por deliberação do Conselho de Administração de 5 de setembro de 2014, foi aprovada a 3.ª Edição do Manual de Infraestruturas de Telecomunicações em Edifícios (ITED) que está disponível no sítio da internet desta Autoridade, em www.anacom.pt

11 de setembro de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria de Fátima Henriques da Silva Barros Bertoldi*.

208088089

ORDEM DOS ADVOGADOS

Edital n.º 853/2014

Rui Santos, Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa faz saber, que foi determinado o levantamento da suspensão da inscrição da Senhora Dra. Ana Filipa Cruz, portadora da cédula profissional n.º 21144L, em virtude do cumprimento da pena de multa aplicada no âmbito do processo disciplinar n.º 186/2007-L/D, continuando a

Sra. Advogada com a inscrição suspensa a seu pedido, situação em que se encontra desde 19/07/2006.

4 de setembro de 2014. — O Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, *Rui Santos*.

208087724

UNIVERSIDADE ABERTA

Despacho n.º 11679/2014

Por despacho de 04 de setembro do Vice-reitor da Universidade Aberta e de acordo com o disposto nos artigos 75.º a 80.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, é homologada a alteração da Designação e do Plano de Estudos do curso de mestrado em Comunicação Educacional Multimédia registado na DGES com o n.º R/B-AD-474/2007, publicado no *Diário da República* n.º 162/2007 (2.ª série), de 23 de agosto e regendo-se pelo Regulamento Geral da Oferta Educativa da Universidade Aberta, publicado no *Diário da República* n.º 59/2013 (2.ª série) de 25 de março.

A alteração da Designação, aprovada pelo Conselho Científico em 9 de junho com a deliberação n.º 165/CC/2014 e do Plano de Estudos, aprovada pelo Conselho Científico em 21 de maio com a deliberação n.º 156/CC/2014, e que se publica em anexo, foi nesta mesma data comunicada à DGES, de acordo com o estipulado no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, tendo esta aprovada as referidas alterações com o número R/A-Ef 1111/2011/AL01, em 30/07/2014.